

Publicação do Senado mostra que Exército exigiu queda de Zacarias de Goes em 1870

Brasília — O Conselho de Estado Pleno, existente durante todo o reinado de Dom Pedro II, era apenas um órgão consultivo, integrado em sua quase totalidade por parlamentares ou ex-parlamentares. As atas do Conselho provarão, também, que a queda do Conselheiro Zacarias de Góes, em 1870, foi uma exigência do Duque de Caxias, em nome do Exército.

O Senado federal, por determinação do Senador Petrônio Portella (Arena-PI), seu presidente, publicará todas as atas do Conselho, inclusive a referente à questão do Prata, limites com a Argentina, a única considerada secreta e cuja publicação dependeu de consentimento do Ministério das Relações Exteriores.

ANAIS

Até hoje, praticamente um terço dos anais do Senado durante o Império pode ser considerado inédito porque ainda não foram publicados em livro. Durante meses a equipe dirigida pelo historiador Otaciano Nogueira, funcionário do Senado, microfilmou as publicações feitas pelo *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio* e *Correio Mercantil*. As publicações incluíam os discursos na íntegra. Faltava publicar os discursos de 1835/36, de 1840 a 57 e os de 1878.

Na publicação desses anais haverá um índice referente aos temas abordados e outro sobre referências nominais. Somente em relação aos índices onomásticos foram identificadas 380 mil informações, que estão sendo processadas pelo computador do Senado. Somente os Congressos dos Estados Unidos e da Inglaterra têm sistemas parecidos.

CONSELHOS

No Brasil, no tempo do Império, funcionaram três Conselhos de Estado. O primeiro, chamado o de Procuradores-Gerais das Províncias, existiu de junho de 1822 a outubro de 1823. O segundo, Conselho

de Estado, de 1824 a 1834, sendo dissolvido pelo Ato Adicional. Apesar de ampla pesquisa, até hoje foi impossível localizar cópias das atas de 1824 a 1828. Os anais destes Conselhos já foram publicados.

A partir de março, a gráfica do Senado editará as atas do Conselho de Estado Pleno, que existiu de 1841 a 1889, que estão reunidas em 12 volumes. Este Conselho, como o demonstram as atas, tinha uma função quase exclusivamente consultiva. Era composto de 12 conselheiros nomeados pelo Imperador (ordinários) e de conselheiros extraordinários, que eram o Presidente do Conselho de Ministros e os Ministros de Estado. Dos 72 conselheiros nomeados pelo Imperador durante todo o reinado, 68 eram parlamentares ou ex-parlamentares.

O Presidente do Conselho de Ministros e os Ministros retiravam-se das reuniões quando a discussão era em torno da dissolução da Câmara. O Conselho tinha em cada Ministério uma representação, independente do Ministro, cabendo-lhe uma espécie de fiscalização dos programas. Cabia também ao Conselho dar um parecer ao Imperador sobre os projetos de lei antes de serem remetidos ao Congresso. Sua função era consultiva essencialmente.